

Padrões de sucessão das gerações. Persistências e mudanças históricas

Guaraci Adeodato Alves de Souza*

O artigo apresenta um esquema analítico que busca delinear e caracterizar um processo central da dinâmica demográfica – a sucessão das gerações (ou a produção dos homens) – como um componente da reprodução social, sem perder de vista proposições decisivas da Demografia Formal, sobretudo da Teoria das Populações Estáveis. Trata-se de um trabalho de natureza teórica, envolvendo uma tentativa de formalização qualitativa, que indica um caminho possível de recortar movimentos de persistências e mudanças nos padrões de sucessão das gerações ou em um dos seus componentes intrínsecos.

Palavras-chave: Sucessão das gerações; Transição demográfica.

Apresentação

Neste artigo apresento um esquema analítico voltado para a abordagem das mudanças e persistências históricas dos padrões de dinâmica demográfica, especificamente dos padrões de sucessão das gerações, que venho desenvolvendo há alguns anos. Tal esquema visa contornar algumas dificuldades teórico-conceituais que emergem nas tentativas de enriquecer a definição socioantropológica desse processo e a interpretação de fenômenos a ele relacionados de importância decisiva para a estruturação da vida social e a conformação das condições de sociabilidade. E que dizem respeito às barreiras a uma compatibilização, de modo direto, de formulações oriundas de tradições teóricas muito distintas: a da Demografia Formal e a das ciências sociais. Afinal, como se sabe, a mera justaposição de contribuições oriundas dessas tradições (“uma descreve

e a outra explica”) não possibilita a criação de conceitos ou esquemas analíticos mais completos e mais ricos.

Assim sendo, a principal preocupação na elaboração desse esquema analítico não é buscar melhores *explicações sociológicas* para fenômenos demográficos descritos, em alto nível de abstração, com o referencial da Demografia Formal, tal como operava a Teoria da Transição Demográfica. Mas é, essencialmente, tentar uma reconstrução sociológica, teórico-conceitual e hipotética, mais completa e consistente do circuito de sucessão das gerações e do modo como se articulam os seus componentes intrínsecos, tendo em vista obter uma melhor apreensão e compreensão dos fenômenos a eles referidos, possibilitando descrições mais adequadas dos mesmos.

Dividi o artigo em três partes. Na primeira, discuto por que considero o recorte sobre a “transição da fecundidade” – vista como um movimento independente do de mudança

* Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos (CRH) e professora do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

do padrão de dinâmica demográfica em sua totalidade – inadequado e incompatível, a um só tempo, com contribuições decisivas para a constituição da Demografia como ciência e com o que há de mais significativo na Teoria da Transição Demográfica.

Na segunda parte, teço algumas considerações teóricas mais gerais sobre a questão e inicio a apresentação de questões analíticas sobre a natureza e os contornos do circuito de sucessão das gerações, com seus componentes intrínsecos, sem truncá-lo, enfocando os seus movimentos sincrônicos como algo movido pela ação de sujeitos históricos e estruturado por relações sociais. Esse recorte parte de uma *tradução sociológica* de proposições decisivas da Teoria das Populações Estáveis, buscando manter correspondências com esta e consistência com aportes fundamentais das teorias da ação e da reprodução social e das análises sobre a dinâmica da família.

Na terceira e última parte é que busco especificar como se conformaria um dado padrão de sucessão das gerações, com ritmo e estrutura característicos, como expressão de um movimento societal sincrônico e repetitivo, mas guardando certa estabilidade no transcurso da vida social. Aponto para uma forma possível de distinguir momentos desse processo e modos de encadeamento de dados cursos de ações (ou sistema de práticas sociais), para permitir melhores descrições empíricas qualitativas, distinguindo diferenças. E indico aí como se pode recortar um dos componentes do circuito – os padrões de procriação, por exemplo – sem perder de vista a sua estreita articulação com os demais componentes e com dimensões de outro circuito da reprodução social: o da produção e circulação de bens e serviços. Finalmente, distinguindo níveis de análise e o que seriam as externalidades do circuito em foco, coloco em consideração algumas perspectivas e hipóteses relativas à diferenciação de padrões e aos modos distintos como podem mudar ou persistir historicamente os padrões de sucessão das gerações, levando em conta achados consagrados na literatura especializada,

mas reagindo à idéia central da Teoria da Transição Demográfica de que haveria uma única trajetória para tal movimento diacrônico.

A noção de “transição da fecundidade” e as teorias da Demografia

O uso da noção de “transição da fecundidade”, que se tornou muito corrente a partir dos anos 80, expressa uma tentativa de simplificar a abordagem do processo histórico da transição demográfica, para centrar a atenção analítica sobre as mudanças na fecundidade ou nos padrões de procriação, em especial sobre aquelas que implicavam a redução dos níveis globais da fecundidade, no longo prazo, e que costumam acompanhar os movimentos de constituição e consolidação das sociedades urbanas e industriais.

Considero que as abordagens construídas por esta noção são inadequadas porque, sem superar ambigüidades e enganos da metafórica Teoria da Transição Demográfica que já discuti anteriormente (Souza, 1990, 1994a, 1994b e 1996), elas consolidam uma fragmentação do recorte analítico da transição demográfica, processo de mudanças sociodemográficas estruturais extremamente complexo que redefine amplamente as condições de reprodução social. Tal noção admite ser esta uma “transição” autônoma – isto é, autônoma da “transição da mortalidade” –, quando antes era vista como um momento ou uma etapa da transição demográfica. E induz a se pensar que os movimentos sociodemográficos sincrônicos referidos à procriação para a constituição de proles e descendências, assim como os movimentos de emergência e consolidação dos padrões de procriação restrita, podem ocorrer, na realidade social e histórica, de modo independente do desdobramento dos demais componentes da sucessão das gerações, especialmente da preservação da sobrevivência e da saúde ou da mortalidade dos filhos.

Vale destacar que Caldwell (1982), no seu livro consagrado *Theory of fertility*

decline, não estruturou a análise teórica e empírica sobre a noção criticada acima. Ele abandonou o marco convencional da Teoria da Transição Demográfica para enriquecer a descrição de situações empíricas e a discussão teórica sobre as determinações do declínio da fecundidade e as mudanças na família, em sociedades diferentes ou em momentos históricos distintos. E apresentou contribuições socioantropológicas muito ricas referidas às relações entre, de um lado, as experiências de constituição de proles e descendências e, de outro, os modos e condições de criar e socializar filhos (o custo dos filhos, o papel da educação, a circulação dos fluxos de riqueza entre pais e filhos, os significados destes e as percepções e expectativas etc.), que certamente colaboram para uma melhor compreensão sobre os movimentos da fecundidade, em diferentes contextos.

Contudo, os estudos socioantropológicos de Caldwell deixam em aberto uma questão crucial para a Demografia: não abordam como os modos e as condições de preservar a vida e a saúde dos casais e filhos – ou as condições de mortalidade e morbidade – atuam sobre a formação de proles e descendências, a criação e socialização dos filhos e a circulação dos fluxos de riqueza entre pais e filhos (crianças ou adultos). Como os filhos que se tem – quer ainda crianças, quer em idade adulta (os descendentes) – são os filhos sobreviventes, pode-se dizer que Caldwell não reconstruiu explicitamente os modos e condições de reprodução demográfica das famílias e grupos domésticos estudados, conforme o entendimento da teoria da Demografia. Ele tratou “a fecundidade” de uma perspectiva socioantropológica, sem incluir qualquer manifestação da mortalidade ou da preservação da sobrevivência, truncando o objeto da Demografia ao resgatá-lo para o seu plano de análise.

Este artifício de só trabalhar sobre as *explicações* sociológicas, antropológicas e econômicas do “declínio da fecundidade”, supondo que tal fenômeno fica bem descrito com o referencial da Demografia Formal, não possibilita enriquecer as análises demográficas qualitativas sobre a própria

reprodução demográfica endógena, nem apreender os significados dos movimentos de elevação ou constância dos níveis médios globais deste componente.

Na medida em que igualam “transição de fecundidade” e “declínio da fecundidade”, muitas análises empíricas concluem que a existência, em dado país ou região, de taxas médias globais de fecundidade constantes ou em elevação por várias décadas evidencia a inexistência de uma “transição” ou a ausência de mudança nesta dimensão. A título de exemplo, vale considerar que, apesar de múltiplas evidências de que a emergência de padrões de procriação restrita no Brasil se iniciou na virada para o século XX (Souza, 1996), muitas análises reiteram a idéia de que a “transição de fecundidade” é um fenômeno extraordinariamente recente, que teve início a partir de 1965 ou 1970. A pesquisa sobre as determinações desta transição é demarcada, assim, nesta temporalidade, ou retroage alguns anos, levando a conclusões questionáveis.

Vale agora argumentar que essa noção e esquema de abordagem é incompatível tanto com a perspectiva construída pela Teoria da Transição Demográfica, quanto com aquela da Teoria das Populações Estáveis ou outras teorias mais simples e antigas da Demografia Formal, originárias da Biologia.

As versões iniciais da Teoria da Transição Demográfica, inspiradas na Teoria da Modernização, estabeleceram o entendimento de que a emergência da sociedade urbano-industrial, ao melhorar as condições materiais de vida e saúde, prolongando os horizontes de sobrevivência, e ao difundir um único modelo ideal de família nuclear, com prole pequena (Blake, 1966), levava à constituição de um novo padrão de dinâmica demográfica endógena, caracterizado por baixos níveis de mortalidade e fecundidade, ritmo lento de crescimento vegetativo e envelhecimento da estrutura etária, que tenderia a perdurar (ou a se estabilizar). Para este padrão convergiriam todas as sociedades que lograssem atingir este estágio “mais avançado” de organização social (Stolnitz, 1966).

Como, segundo essa “teoria”, a difusão social dos novos padrões de estruturação das famílias e de procriação, “de alto a baixo na sociedade”, só se realizaria aos poucos, pode-se dizer que mudanças significativas na fecundidade já estariam ocorrendo antes mesmo de se constatar um declínio continuado dos níveis médios globais da fecundidade. Mesmo inconsistente, essa “teoria” estabelecia um período ou uma temporalidade para a realização desse processo de mudança sociodemográfica estrutural, que não poderia jamais ser estipulado pela Demografia Formal. Conforme esta interpretação sociológica da Teoria da Transição Demográfica, não se poderia confundir a “transição” com o declínio de taxas médias globais. Ocorre, no entanto, que a ambigüidade quanto a isso estava consagrada na justaposição forçada desses dois esquemas analíticos que construíram tal “teoria”.

Os recortes aqui criticados são também contraditórios com proposições centrais da Demografia Formal. E são sobretudo incompatíveis com a proposição básica de que a reprodução demográfica endógena ou a sucessão das gerações depende, necessariamente, do jogo articulado da fecundidade com a mortalidade. Proposição esta expressa em conceitos básicos da Demografia Formal, como o de crescimento vegetativo ($r^v = b - d$, onde $b \Leftrightarrow d$), testado há muitos séculos, e em modelos teórico-conceituais da Teoria das Populações Estáveis, a principal teoria demográfica referida aos movimentos sincrônicos da reprodução demográfica endógena ou da sucessão das gerações construída neste século (Santow, 1995).

Em tais modelos formais, são os jogos articulados de coeficientes específicos de fecundidade por idade (nFx) e de coeficientes específicos de mortalidade por idade (nMx) – ou entre outras funções matemáticas referidas à fecundidade e à mortalidade ou à sobrevivência – que determinam o ritmo de realização e a forma de estruturação dos movimentos sincrônicos de sucessão das gerações, no plano macrocoletivo. Os modelos formais que recortam tal problemática demonstram que qualquer alteração de nível (aumento ou redução) ou de padrão etário num desses

mecanismos demográficos, sobretudo as tendências persistentes de longo prazo, afeta o outro mecanismo, assim como o *ritmo de realização* do circuito, aferido pelo crescimento vegetativo ou crescimento intrínseco, e a sua *forma de estruturação*, simbolizada pela composição por idade e sexo (expressa no gráfico da pirâmide etária). É a mútua influência destes últimos elementos (*ritmo* e *forma*) que conforma um dado padrão ou regime de sucessão das gerações.

Coerentemente com esta perspectiva, as Tábuas de Vida aferem as condições de sobrevivência de distintas gerações, associadas a determinados níveis e padrões etários da mortalidade, mantendo o nível da fecundidade sob controle analítico hipotético (supondo $l_0 = 100.000$). As condições (intensidade e velocidade) de reposição das gerações podem ser medidas por meio da Taxa Líquida de Reprodução (TLR), que expressa o resultado líquido, na população feminina, do jogo entre a mortalidade e a fecundidade (tomada como intensidade e velocidade de produção de filhos).

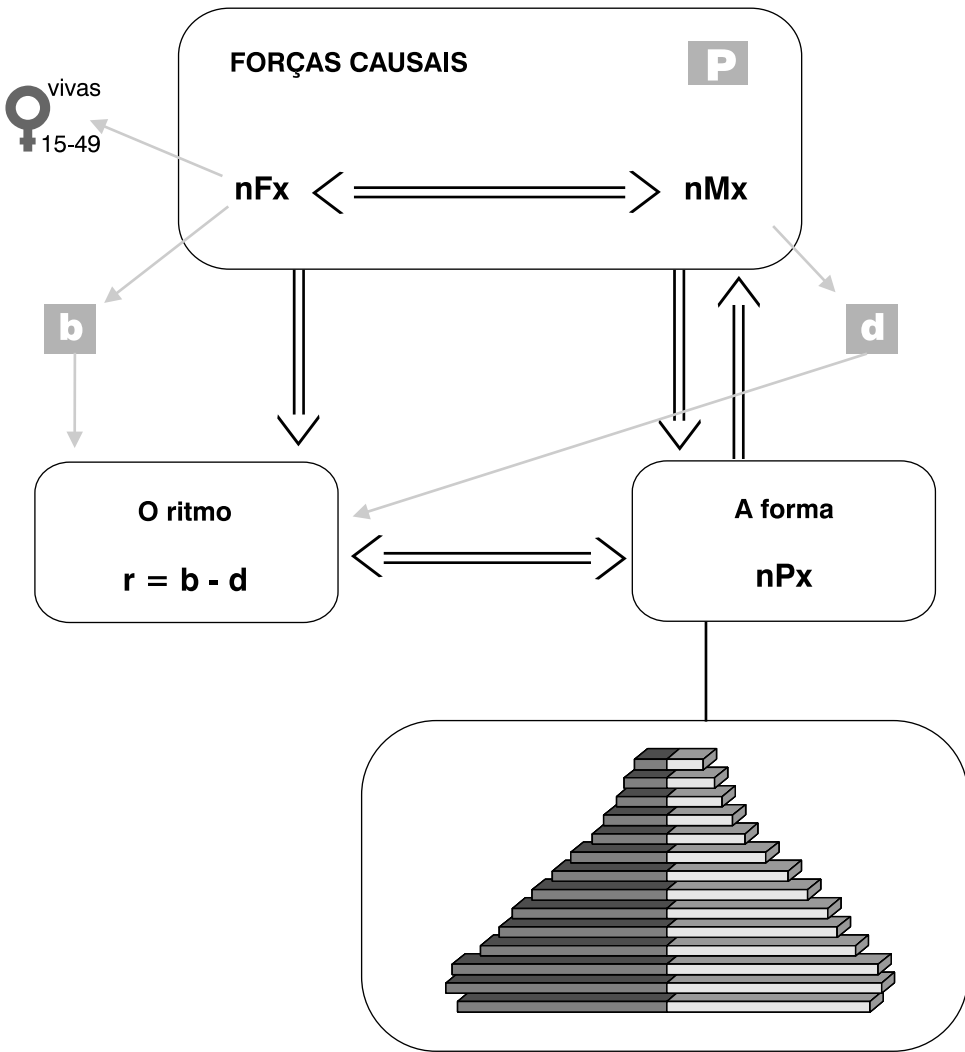
Como se vê no Diagrama 1, os níveis e padrões da mortalidade e da fecundidade, como mecanismos intrínsecos da sucessão das gerações, influenciam-se mutuamente, embora de modo indireto. Inclusive porque as mulheres em idades potencialmente férteis, aptas à produção de filhos nascidos vivos, consideradas nos nFx e em outras funções referidas à fecundidade são mulheres sobreviventes. No mundo real, a mortalidade, em âmbitos macrocoletivos (país, região ou classe social), por mais baixa e estável que seja, nunca chega a ser nula; logo, a sobrevivência até a velhice não é uma certeza objetiva para todos os indivíduos das novas coortes formadas. Com mortalidade maior que zero ($d > 0$ e $nMx > 0$), nunca pode ocorrer a hipótese de um crescimento vegetativo apenas determinado pela fecundidade (ou seja, $r^v = b$), hipótese que muitas formulações ideológicas, seguindo Malthus (1970), *fazem crer* ser algo verossímil.

Uma das principais e mais claras demonstrações feitas nos modelos teórico-conceituais de Lotka (1969), elaborados nas primeiras décadas deste século, é a de que

DIAGRAMA 1

A SUCESSÃO DAS GERAÇÕES

Elementos básicos do modelo geral de Lotka



nunca pode ocorrer uma reposição das gerações fundada estritamente na fecundidade ou na procriação. Ou seja, que é biológica e socialmente impossível a suposta autonomia da procriação (produção de filhos nascidos vivos para a constituição de proles e descendências) em face das

condições de mortalidade – idéia implícita em formulações de Malthus (1970) sobre $r=b$ e na noção de “transição da fecundidade”. Sem a preservação da vida e da fertilidade dos casais, não há produção de filhos nascidos vivos. Se estes não sobrevivem para além do nascimento, não há

constituição de descendências ou de novas gerações para repor as velhas no transcurso do tempo

Portanto, na realidade social e histórica, a procriação ou produção de filhos nascidos vivos, distintamente do que formulam algumas correntes da Sociologia e da Antropologia, não depende, de modo direto e incisivo, apenas dos modos e condições de exercício da sexualidade e de estruturação das uniões conjugais e dos modos e condições de criação e socialização dos filhos sobreviventes (ou de exercício da maternidade e da paternidade). Depende, necessariamente, também dos modos e condições de preservação da sobrevivência e da saúde, cujas contradições se expressam nas mortes precoces e doenças. Fecundidade como um fenômeno coletivo não é uma resultante simples (somatório) dos comportamentos reprodutivos dos casais heterossexuais. E a procriação sozinha, correntemente designada de “reprodução humana” ou simplesmente de “reprodução”, não garante a reprodução sociodemográfica.

Quando as condições de mortalidade ou de preservação da sobrevivência e da saúde são inteiramente omitidas dos recortes específicos sobre a fecundidade ou sobre os padrões de procriação, estilha-se um importante objeto de estudo construído pela Biologia e pela Demografia, abrindo-se espaço, na análise científica, a inconsistências e à penetração de noções e percepções de senso comum ou propriamente ideológicas.

Um recorte teórico dos padrões de sucessão das gerações como processo sociodemográfico

Em Souza (1996), demonstrei que é epistemologicamente mais correto do que as justaposições de esquemas analíticos referidas acima, e algo possível, traduzir sociologicamente, em termos compatíveis com a teoria da ação e da reprodução social, formulações centrais da Teoria das Populações Estáveis que delineiam o circuito de sucessão das gerações ou a reprodução demográfica endógena, tendo em vista completar o delineamento deste

processo, adequando-o às análises empíricas não estritamente quantitativas.

Vale retomar aqui algumas de minhas considerações e proposições a esse respeito para indicar que, a partir de melhor formalização teórica qualitativa sobre os movimentos sociodemográficos sincrônicos componentes do circuito da sucessão das gerações, sem incoerências flagrantes com a ótica construída pela Teoria das Populações Estáveis, pode-se enriquecer o estudo empírico das mudanças históricas convencionalmente definidas como transição demográfica.

A primeira proposição que acho importante retomar aqui é a de que a ótica de análise que constrói a noção de “transição da fecundidade”, assim como os estudos empíricos por ela norteados, abandonam o enunciado mais geral e mais consistente da metafórica Teoria da Transição Demográfica, que a torna uma metáfora mais ou menos convincente: o enunciado de que o desenvolvimento de cunho industrial, monopolista e urbano, ao produzir uma modernização – que envolveria uma secularização e racionalização da vida social no sentido weberiano (ver Germani, 1969) –, implica, necessariamente, outros modos e condições de reprodução demográfica endógena ou de sucessão das gerações, bem distintos dos predominantes nas sociedades agrárias, comerciais, ou nas fases iniciais da industrialização.

Este enunciado da Teoria da Transição Demográfica admite que o circuito da sucessão das gerações integra o movimento maior de manutenção e transformação da sociedade (reprodução social), que lhe determina os modos e condições de sua realização histórica, ao mesmo tempo em que também o afeta. Nos dias atuais, tal enunciado já não é uma mera suposição *a priori* de pesquisa, mas, sim, uma evidência histórica comprovável e comprovada num imenso rol de achados empíricos, com origens teóricas e disciplinares diversas, inclusive referidos a países ex-coloniais com desenvolvimento mais recente, como o Brasil.

De uma perspectiva analítica bem distinta, Marx já havia formulado, em meados

do século passado, fundado em achados empíricos históricos, um enunciado compatível com este, a saber: “Na realidade, todo modo de produção tem suas leis próprias de população, válidas dentro de limites históricos” (Marx, 1968, p. 733). E *lei de população*, na obra de Marx, significava o conjunto articulado dos modos e condições específicos de vivenciar e realizar a reprodução demográfica, que, para ele, não apenas se diferenciava segundo o modo de produção, mas também segundo a classe social e frações de classe (*idem*, p. 745). Em suma, numa linguagem sociológica mais atual e compatível com a que este autor usou nas FORMEN (Marx, 1977), esta proposição poderia ser traduzida nos seguintes termos: cada formação social concreta constitui e preserva seus próprios padrões ou regimes de sucessão das gerações, como elementos constitutivos da sua existência histórica.

Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Engels (1979, p. 2) aponta para o fato de que este circuito da sucessão das gerações não é autônomo e independente do circuito da produção e circulação de bens e serviços, quando afirma que

[...] o fator decisivo da história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção dos meios de existência, dos produtos alimentícios, habitação e instrumentos necessários para tudo isso; de outro, a *produção do homem mesmo, a continuação da espécie humana*. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família de outro. [grifos do autor]

Os homens produzem os seus descendentes, assim como os meios necessários para garantir a sua existência (física e social) cotidiana, por todo um ciclo de vida. Os homens e mulheres não criam a *vida* em si, mas participam ativa e integralmente desse processo de criação e recriação da humanidade e da natureza muito peculiar da sua espécie, social e histórica. Esses dois tipos de “produção e reprodução” são

complementares e articulados entre si, sem que se possa dizer qual dos dois é o mais importante para a humanidade. Ambos os processos mudam no curso histórico, influenciando-se mutuamente. Se um deles se inviabiliza, é a existência da sociedade (ou de parte dela) que fica ameaçada, abrindo-se amplas possibilidades de surgirem contradições entre eles. Por isso mesmo, muitas instituições sociais formais se voltam para a regulação social ou planejamento desses circuitos, seja no sentido de intensificar e acelerar a produção dos homens e/ou de bens e serviços, seja no sentido oposto.

Dificuldades de uma maior elaboração teórica sobre a sucessão das gerações a partir de uma ótica marxista também podem ter decorrido da penetração de pré-noções propriamente ideológicas, introduzidas por intérpretes e difusores do pensamento de Marx e Engels. Meillassoux (1977, p. 6) salienta que, na “nota da redação à edição publicada pelas Editions Sociales”, o redator “corrige” o pensamento do autor, como se vê também na nota 2 da página 2 da edição em português do livro de Engels (1979):

Engels incorre aqui numa inexactidão, ao colocar a continuação da espécie *ao lado* da produção dos meios de subsistência entre as causas que determinam o desenvolvimento da sociedade e das instituições. [grifo do autor]

Como a expressão “ao lado de” remete a uma localização teórica de mesmo *status* de importância, vale questionar: onde o redator da nota, intérprete de Engels, julgava que deveria ser colocada a reprodução sociodemográfica endógena ou a sucessão das gerações, vista como processo social e histórico? Para muitos marxistas que seguiram a correção deste redator intérprete, e não o enunciado de Engels e Marx, a reprodução sociodemográfica endógena deveria ser colocada dentro do circuito da produção e circulação de bens e serviços, como se ficasse plenamente subsumida a este. Desta ótica, “a produção do homem mesmo” em formações sociais capitalistas maduras ficaria circunscrita, sobretudo, aos movimentos da produção e reprodução da força de trabalho para o capital, como uma

mercadoria comprada e vendida no mercado (Francisco de Oliveira, 1976, e outros). Movimentos de “produção e reprodução” estes que não têm correspondências exatas com os mecanismos de natureza sociobiológica intrínsecos à sucessão das gerações, cujos padrões se diferenciam por distintas classes sociais ou outros âmbitos específicos de sociabilidade, como o próprio Marx indica em *O capital*.

Em minha leitura de *O capital*, constatei que Marx (1968) levou em conta que o conceito de crescimento vegetativo formulado pela Biologia e pela Demografia nascente remetia-se ao ritmo da sucessão das gerações – ou de substituição das gerações, na sua expressão –, assim como a proposição explícita de que somente uma população fechada poderia crescer por influência exclusiva dos componentes *vegetativos* ou naturais, que ele considerava historicamente determinados (não meramente biológicos). Ao descrever e explicar a determinação da rápida sucessão das gerações na parcela mais pobre da classe operária inglesa de sua época, que ele não via como uma população fechada (ao contrário de Malthus), Marx enfatizava o peso dos modos e condições de preservação da sobrevivência e saúde, tratando os fenômenos relativos a esta dimensão como expressões do gasto ou consumo da força de trabalho dos trabalhadores (Francisco de Oliveira, 1976). Em suas palavras:

Nessas circunstâncias, o crescimento absoluto dessa parte do proletariado¹ exige que seus elementos aumentem com velocidade maior que aquela em que são consumidos². Rápida substituição, portanto, das gerações de trabalhadores (a mesma lei não se aplica às outras classes da população). Esta necessidade social é satisfeita por meio de casamentos prematuros, consequência necessária das condições em que vivem os trabalhadores da grande indústria, e pelos prêmios que a exploração das crianças³ proporcionam à sua procriação. (Marx, 1968, p. 745)

Desta ótica, Marx criticou as idéias de Malthus que, a um só tempo, estilhaçavam e reificavam a noção de crescimento vegetativo (transmutado em $r'=b$), argumentando que este componente do crescimento demográfico não era uma consequência necessária do mero exercício da sexualidade e da procriação. Nem uma lei natural, imutável no tempo e igualmente aplicável a todos os âmbitos coletivos de uma sociedade. E passava o entendimento de que o crescimento *vegetativo* expressava o ritmo de substituição das novas gerações e constituía um elemento intrínseco de um processo sociodemográfico historicamente datado e determinado pelas circunstâncias concretas de vida, diferenciadas para distintas classes sociais ou frações destas.

Esta formulação de Marx me parece correta e inteiramente compatível com minha tradução sociológica de proposições modelares da Teoria das Populações Estáveis (Souza, 1996), sintetizada adiante. E endossa a proposição metodológica de que um recorte específico da fecundidade ou dos padrões de procriação não pode desconsiderar nenhum dos mecanismos básicos da sucessão das gerações, especialmente o padrão de preservação da sobrevivência e da saúde, muito central para a “reprodução da vida imediata” ou reprodução social. Admiti-la como uma hipótese *a priori*, norteadora da formulação de perguntas de investigação, não compromete o raciocínio teórico-interpretativo com o credo político-ideológico socialista, nem com visões economicistas de Marx, mas ajuda a formalização qualitativa precisa de proposições fundamentais para a Demografia como ciência social.

As proposições de Marx e Engels referidas acima, assim como o enunciado mais geral da Teoria da Transição Demográfica, embora muito genéricos, são relevantes como norteadores da reflexão teórico-interpretativa e da pesquisa empírica sistemática. Por serem sintéticas e precisas,

¹ Aqui Marx fala do crescimento demográfico global de uma população aberta, ou seja, $r = r' + r''$.

² Ou seja, consumidos pelas doenças e mortes precoces, geradas pelas precárias condições de trabalho e remuneração.

³ Exploração realizada pelos empregadores capitalistas.

como interpretações generalizadoras do conhecimento já conquistado, ajudam a manter uma visão globalizadora da problemática histórica em foco. Além disso, sugerem que, para uma melhor compreensão do processo dito de transição demográfica, não basta focar a trajetória em si da “transição” ou somente os movimentos de mudança de um padrão a outro; é preciso também centrar-se nas características mesmas dos padrões de sucessão das gerações vividos em distintas classes e âmbitos sociais outros, em diferentes fases

históricas, assim como nas persistências históricas de seus componentes internos.

Os Diagramas 2 e 3 ilustram como defino o circuito da sucessão das gerações: como um processo sociodemográfico, movido a ação humana (a força propulsora de mecanismos sociais e demográficos) e estruturado por relações sociais (interações). O Diagrama 2 indica quais são os seus componentes básicos, assim como as suas correspondências com os elementos considerados no modelo geral de Lotka (1969) simbolizado no Diagrama 1.

DIAGRAMA 2

TRADUÇÃO SOCIOLÓGICA DO MODELO DE LOTKA

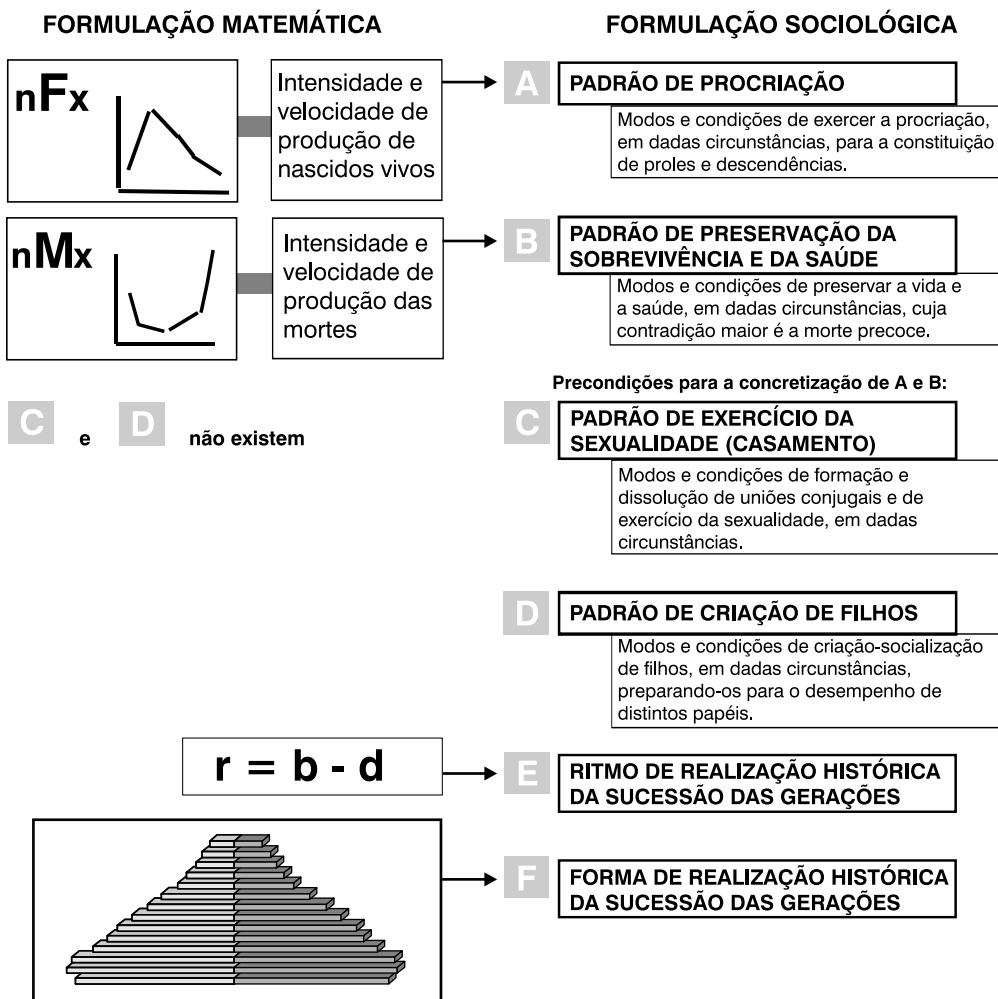
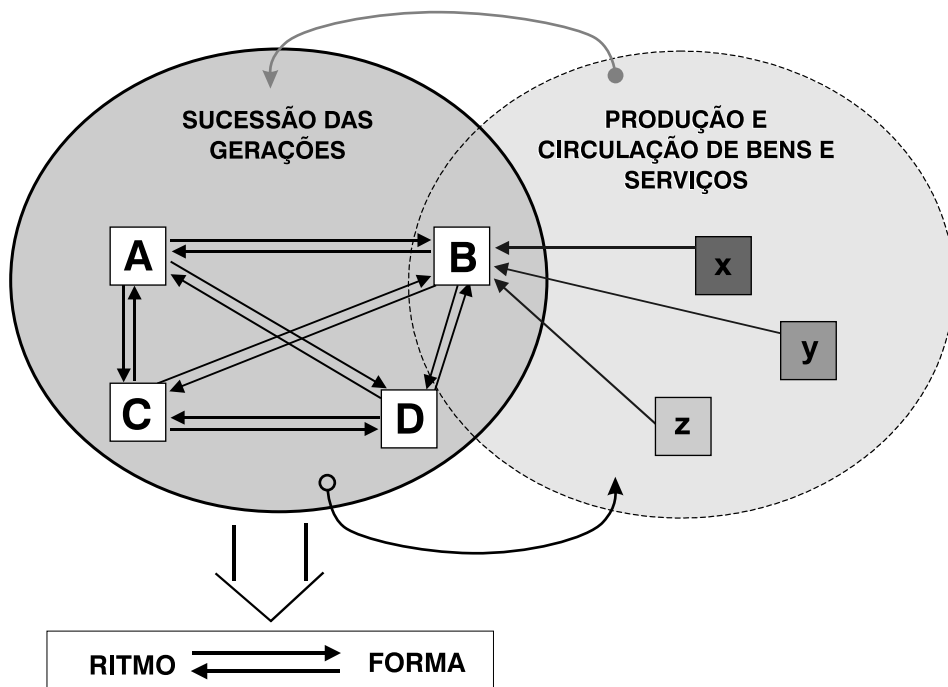


DIAGRAMA 3

CIRCUITOS DA REPRODUÇÃO SOCIAL



Desta perspectiva, a totalidade do processo de sucessão das gerações envolveria a realização combinada e encadeada de quatro mecanismos. Dois mecanismos propriamente demográficos (A e B nos Diagramas 2 e 3) e de natureza sociobiológica – considerados tanto por Lotka quanto por Marx – e dois mecanismos propriamente sociais (C e D nos Diagramas 2 e 3), que constituem precondições decisivas para a realização dos primeiros, os quais Lotka excluiu do seu modelo geral, para “isolar” o jogo dos mecanismos demográficos endógenos em estado “puro” ou sem interferências extrínsecas de fatores propriamente sociais, a saber:

A- Os padrões de procriação – os modos e condições de exercício da procriação para a constituição de proles, que freqüentemente envolvem a repe-

tição de experiências seqüenciais e completas de fecundação, gestação, parto e nascimento vivo de um filho, e que podem ser seguidas ou intercaladas por ações voltadas para impedir ou interromper o curso de uma ou mais seqüências desta ordem.

B- Os padrões de preservação da sobrevivência e da saúde – os modos e condições de preservação da sobrevivência e da saúde dos filhos em gestação e nascidos vivos e dos casais envolvidos no processo, cujas contradições fundamentais são a morte precoce e a doença.

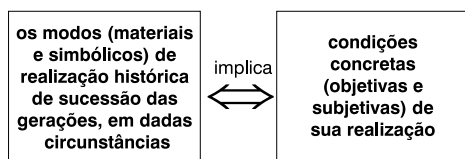
C- Os padrões de exercício da sexualidade (ou de casamento) – os modos e condições de formação e dissolução de uniões heterossexuais de

diferentes tipos e durações (casamento), em que se realizam práticas sexuais de tipo fecundo, com certa frequência;

D- Os padrões da criação de filhos – os modos e condições de criação e socialização dos filhos, que envolvem o exercício da paternidade e da maternidade ou os cuidados, a orientação e a preparação dos filhos para o desempenho futuro de diferentes papéis sociais, específicos de cada gênero e relativos à realização histórica tanto deste circuito, quanto daquele da produção e circulação de bens e serviços.

O Diagrama 3 mostra que os nexos entre A, B, C e D não são unidirecionais, por isso mesmo eles não estão dispostos em linha reta, com um elemento tomado *a priori* ou arbitrariamente como o começo de uma cadeia causal, como em diagramas convencionais já criticados por Oliveira, M.C.F.A. (1976, p. 15-22) e outros. Tampouco simboliza o exercício da sexualidade (regulado ou desregulado, conforme a classe social) com o *status* reificado que Malthus e seus seguidores doutos e militantes lhe atribuem: o de “causa primeira” da fecundidade (Souza, 1996). Este diagrama, ao contrário, enfatiza que a operação conjugada desses quatro mecanismos é de mútua dependência e determina o ritmo e a forma característicos dos padrões de sucessão das gerações.

Como um dado padrão de sucessão das gerações seria uma articulação viva desses quatro mecanismos intrínsecos à sua dinâmica, vistos como elementos estruturados e estruturantes do movimento sincrônico maior, para cada mecanismo, bem como para o circuito na sua totalidade, vale a seguinte proposição:



Os modos de realização de cada mecanismo e da totalidade do circuito de sucessão das gerações seriam os cursos de ações especificamente referidos a cada uma das dimensões consideradas acima e que podem ser tratados como sistemas de práticas e estratégias sociais (que envolvem as disposições subjetivas dos sujeitos) integrantes do *habitus*, no sentido de Bourdieu.

Aqui vale reter, como um pressuposto de abstração analítica modelar (qualitativa), que os principais atores sociais, sujeitos desta cena sociodemográfica, seriam os seguintes: homens, mulheres, casais, filhos procriados e/ou sobreviventes, grupos familiares concretos – que poderiam ser socialmente localizados, classificados, diferenciados e hierarquizados por distintos critérios (não apenas pelos critérios de idade e sexo) –, além dos representantes dos corpos profissionais de distintas instituições sociais voltadas para apoiar ou regular as ações, as relações, a conformação do universo simbólico (moral e cognitivo) e as disposições subjetivas desses atores.

Dessas proposições decorre a seguinte definição: um padrão de sucessão das gerações consiste num movimento de reprodução sociodemográfica endógena estruturado pela realização, por sujeitos históricos, de um dado sistema de práticas e estratégias sociais referidas aos quatro mecanismos identificados acima, em certas circunstâncias, implicando determinados resultados (condições concretas). Se as circunstâncias gerais de vida mudam, o mesmo sistema de práticas e estratégias pode gerar conseqüências distintas e criar contradições ou imprevistos. Conseqüentemente, a estabilidade das circunstâncias gerais de vida pode ser um fator geral favorável à persistência histórica de dado padrão de sucessão das gerações, e as mudanças em tais circunstâncias podem favorecer pequenos ajustes estruturais ou a substituição de um sistema de práticas e estratégias por outro, como veremos adiante.

O Diagrama 3 mostra que o circuito da sucessão das gerações não é completamente autônomo (um processo biológico

puro), como figurado na formulação abstrata e hipotética de Lotka, nem completamente subsumido ao circuito da produção e circulação de bens e serviços, como indicam alguns marxistas, mas, sim, articulado a este outro circuito. Os nexos de mútua dependência desses dois circuitos é que definem as condições mais abrangentes de sociabilidade e da reprodução social (Meillassoux, 1977 e 1983), ou da “produção e reprodução da vida imediata” (Engels, 1979, p. 2). Segundo Engels, “a ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção [...]”.

No Diagrama 3, o principal nexo de articulação do circuito em foco com o da produção de bens e serviços aparece localizado em *B*, expressando que a preservação da sobrevivência e de dadas condições de saúde dos indivíduos e das coletividades constitui uma *precondição sine qua non* para a realização de todos os demais movimentos intrínsecos a ambos os circuitos. Expressa, ainda, que os modos e condições de preservação da sobrevivência e da saúde dependem necessariamente, mas não exclusivamente, dos modos e condições de realização histórica da produção e circulação dos bens e serviços, sendo afetados também pelos modos e condições de realização histórica dos demais componentes da produção das novas gerações. Como a representação geométrica de raciocínios propositivos é um modo elementar e possível de formalização teórica-abstrata do pensamento, não necessariamente quantitativa (Bachelard, 1996), vale enfatizar que, no Diagrama 3, simbolizo geometricamente os modos e condições de preservação da sobrevivência e da saúde como uma área de interseção (*B*) dos dois círculos que figuram os dois circuitos articulados (ou “os dois tipos de produção e reprodução”), situados ambos num mesmo plano, um ao lado do outro, como descrito em Engels. Logo, não aderi à linguagem sociológica espontânea que simboliza (mentalmente) tais processos como duas “esferas” independentes – a da produção e a da reprodução –, como se não existissem, em cada um dos âmbitos sociais aludidos, atividades de “produção”

de elementos de naturezas bem diferentes e atividades de “reprodução” dos próprios meios, modos e condições de produzi-los.

Em vista da centralidade dos padrões de preservação da sobrevivência no circuito da sucessão das gerações (dos quais dependem os demais mecanismos), demonstrada (teórica e empiricamente) por cientistas exemplares, todas as dimensões deste circuito acabam sendo afetadas pelos modos e condições de realização da produção e circulação de bens e serviços. As experiências de formação das descendências dos casais são, por isso mesmo, afetadas pelas condições de inserção dos sujeitos no circuito da produção e circulação de bens e serviços, no qual vão buscar os meios materiais de sustento e manutenção da vida pessoal e familiar. Dentre os elementos deste circuito que podem afetar mais decisivamente as experiências de procriação e de produção das descendências numa sociedade industrial e urbana têm sido destacados: as formas e oportunidades de emprego ofertadas em mercado, os tipos de processo de trabalho, as condições de trabalho e o montante e/ou a estabilidade de ganhos econômicos e financeiros.

Mas, os modos e condições de preservação da sobrevivência e da saúde afetam também os modos e condições de produção e circulação de bens. Exemplos: (a) as condições precárias de saúde dos trabalhadores costumam resultar em menor produtividade do trabalho, mesmo quando este é potenciado por máquinas potentes; (b) no passado, as grandes epidemias costumavam desorganizar a produção econômica ou a circulação de bens de consumo, inclusive de alimentos, agravando as condições de sobrevivência individuais e coletivas (Athayde, 1975).

Do exposto acima, conclui-se que o processo histórico de transição demográfica que acompanha a constituição de uma formação social capitalista industrial e urbana pode ser descrito e definido como um movimento diacrônico de emergência, generalização e consolidação de novos padrões de sucessão das gerações. Entretanto, vale enfatizar que as mudanças graduais e de longo curso desta natureza

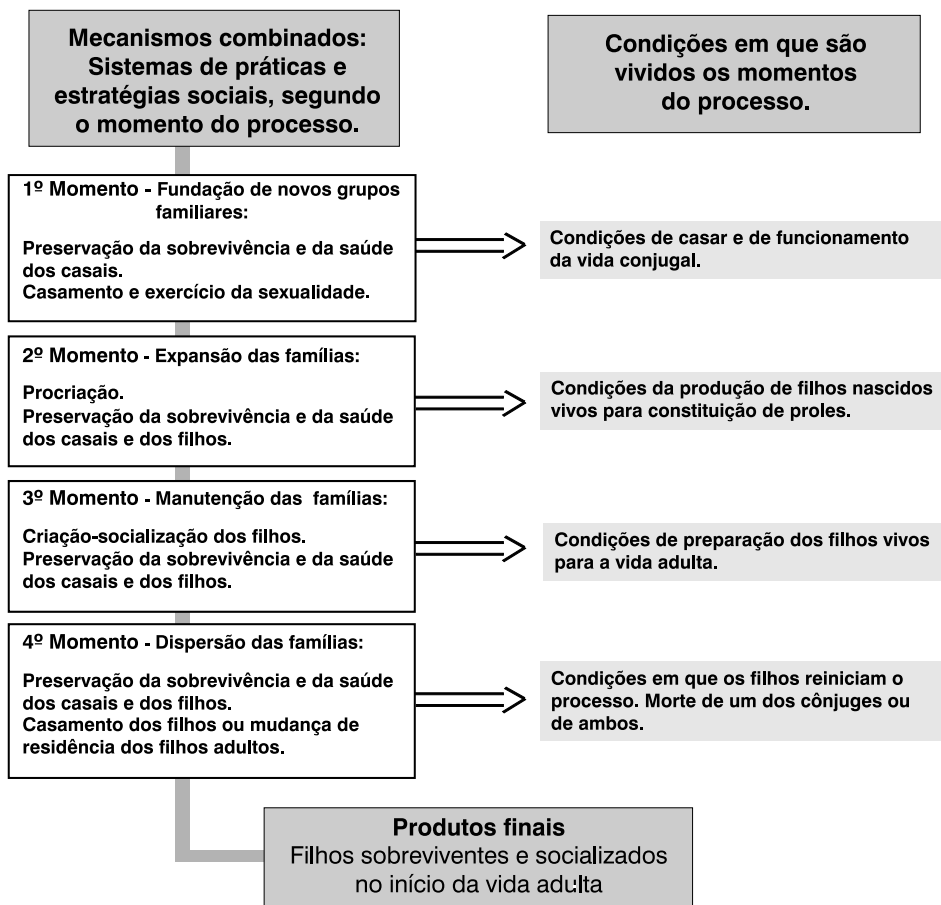
jamais poderiam se concentrar apenas sobre um só mecanismo do circuito de sucessão das gerações, por largos períodos, sem afetar os demais, tendo em vista a estreita dependência multidirecional existente entre eles. Portanto, a rigor, jamais poderia existir uma “transição da fecundidade” autônoma, sem uma mais abrangente alteração dos padrões correntes de sucessão das gerações, sem uma mudança de *habitus* ou dos sistemas de práticas e estratégias referidos ao conjunto dos seus componentes. Dada a articulação desses dois circuitos da reprodução social, mudanças demográficas estruturais, socialmente

muito generalizadas, alteram as próprias circunstâncias gerais de vida que suscitam novos ajustes nas dimensões especificamente demográficas. Trataremos disso a seguir.

Persistências e mudanças nos padrões de procriação e de sucessão das gerações

O Diagrama 4 expressa, de modo mais detalhado, como se conformaria internamente um dado padrão ou regime de sucessão das gerações, como expressão de um movimento societal sincrônico e repetitivo.

DIAGRAMA 4
PADRÃO DE SUCESSÃO DAS GERAÇÕES
Momentos e mecanismos



Vê-se neste diagrama que, em cada momento do processo de sucessão das gerações ou de formação de proles e descendências, não correspondentes às fases concretas de vida dos sujeitos, predominam diferentes combinações de mecanismos. Apenas os modos e condições de preservação da sobrevivência e da saúde aparecem em todos os momentos, em vista da sua centralidade no processo, expressando que “a fecundidade em si” é um fenômeno biológica e socialmente impossível. Os modos de viver a experiência em cada momento particular, conformados pelos sistemas de práticas e estratégias exercidos em dadas circunstâncias, implicam as condições objetivas e subjetivas nas quais tal experiência é vivida, além de gerarem conseqüências sobre os modos e condições de vivenciar a continuidade da experiência em outros momentos, pois influem seja na escolha dos sujeitos quanto às práticas do repertório cultural que serão exercidas em novo momento, seja no ritmo como este será vivido (Jelin e Feijó, 1984; Bilac, 1978; Azevedo, 1987).

Assim sendo, os padrões correntes de procriação e de sucessão das gerações costumam se diferenciar não só por causa da variedade nos sistemas de práticas e estratégias sociais (efetivamente vividos), mas também por influência das circunstâncias em que são exercidos, assim como pelas formas como esses momentos da produção das descendências dos casais são ordenados nos seus ciclos de vida, ou deles suprimidos. Por exemplo: o casamento, que em alguns padrões costuma significar um rito de passagem para a vida adulta e uma precondição (normativa e prática) para a constituição de proles e descendências, em outros padrões pode ser suprimido das experiências desta natureza, ou ser realizado quando as proles (conjunto de filhos sobreviventes) já estão constituídas.

O Diagrama 4 também indica como a análise pode pôr em relevo os padrões correntes de procriação sem se perder de vista as demais dimensões intrínsecas do circuito que os conformam, deixando visível que as mudanças significativas em tais

padrões não se reduzem, apenas, a variações na quantidade de filhos procriados (uma das expressões da intensidade de procriação ou do nível de fecundidade) e no tempo de espaçamento entre estes (uma expressão da velocidade de procriação, que também afeta a curva dos nFx).

No recorte específico dos diferentes padrões de procriação, é preciso levar em conta que as práticas e estratégias sociais de procriação – que ao serem combinadas e encadeadas, em dadas circunstâncias, geram dadas condições objetivas de procriação (como níveis e padrões etários da fecundidade, número de filhos procriados etc.) – dizem respeito a aspectos da vida cotidiana, tais como:

- a idade (cronológica e social) ou fase do ciclo de vida em que as mulheres ou casais começam a constituir proles;
- as formas pelas quais este movimento de constituição de proles se inicia;
- a geração do primeiro filho, dentro ou fora de uniões conjugais, e a geração de filhos subseqüentes em uma ou em várias uniões conjugais sucessivas;
- os espaçamentos entre os filhos nascidos vivos e as formas como são obtidos;
- a fase do ciclo de vida individual ou familiar em que se encerram as carreiras reprodutivas;
- as formas de regulação da procriação, tanto de regulação restritiva (como usos de vários tipos de coitos não fecundos, exercício da homossexualidade, restrições etárias para a procriação do primeiro ou último filho, aborto, uso de produtos anticoncepcionais mecânicos ou químicos e de esterilização), quanto de regulação expansiva, ou uso de diferentes práticas de *deixar vir os filhos* desde idades precoces, com interdição de distintas técnicas de restrição da procriação;
- as formas de cuidado com a saúde da mulher, sobretudo os relativos à gestação, ao parto e ao puerpério.

Vale atentar também para o fato de que o sistema de práticas e estratégias de procriação efetivamente vivido pelas mulheres e/ou casais, assim como as disposições subjetivas associadas a ele – os modos de procriar –, não são mediações numa cadeia unilinear de determinação da fecundidade ou elementos extrínsecos à produção de filhos para constituição das proles ou das novas gerações. Isto é, não são “variáveis intermediárias” (no sentido de Davis e Blake, 1967) na determinação dos níveis de fecundidade, nem “determinantes próximos” (no sentido de Bongaarts, 1983) dos níveis e padrões etários da fecundidade. São elementos constitutivos da natureza sociobiológica da experiência humana de procriação, as próprias forças propulsoras da sua concretização na vida social. Elementos intrínsecos a qualquer regime ou padrão de procriação e de sucessão das gerações que ficam indefinidos e indeterminados nos modelos formais da Teoria das Populações Estáveis, onde só aparecem figurados quantitativamente, como acontecimentos coletivos sem autores, nem atores. Como a justaposição de esquemas analíticos sociológicos ou antropológicos sobre “a fecundidade em si” a estes esquemas analíticos da Demografia Formal não possibilita definir e especificar claramente a natureza sociobiológica deste mecanismo demográfico, as análises fundadas neste *modus operandi* deixam as ações e as relações sociais propulsoras e estruturadoras das experiências de formação das descendências ou das novas gerações figuradas como elementos extrínsecos ao fenômeno, ou fora da área de definição teórica do objeto.

Além disso, o processo (sincrônico) sob análise não é, por natureza e necessariamente, um processo microsocial, com seu *locus* circunscrito à família (núcleo conjugal ou rede de parentesco). Ao contrário, a estruturação dos grupos familiares concretos (núcleos conjugais e redes de parentesco), assim como das redes de solidariedade que os entrelaçam (Both, 1976), tem o seu *locus* dinâmico neste circuito de reprodução sociodemográfica endógena ou

de sucessão das gerações (Meillassoux, 1977 e 1983; Lotka, 1969). O objeto aqui recortado não é a dinâmica da família em si, nem os modos e condições de formação da família em si, mas sim a dinâmica de formação das novas gerações e da sua manutenção no transcurso histórico, em distintos âmbitos sociais ou espaciais da sociedade. É muito distinto o recorte da dinâmica da família como objeto central do estudo e como instância mediadora da conformação dos processos sociodemográficos endógenos que determinam o tamanho e a composição de distintos âmbitos coletivos da sociedade (Zémelman, 1982; Oliveira, 1974 e 1979).

Através desse circuito, os grupos familiares concretos (micropopulações com especificidades importantes no processo maior) se renovam, tanto em termos da substituição dos seus membros individuais, quanto no da preservação de várias das suas características socioculturais estruturais e alteração de outras para a constituição das novas gerações. Da ótica da Demografia como ciência social, como se vê no Diagrama 4, são os conjuntos de filhos sobreviventes, de mesma idade, socializados até o início da vida adulta – que estão socialmente aptos a repetirem o mesmo circuito – os produtos acabados deste peculiar processo de produção e reprodução das novas gerações.

Segundo o Diagrama 4, a forma geral como os sujeitos combinam e seqüenciam as práticas e estratégias referidas a esta experiência ao longo dos seus ciclos de vida, segundo a idade (cronológica e social), o sexo e o gênero, constituiria a estrutura de dado padrão de sucessão das gerações (ou a forma geral assumida pelo processo). Uma certa forma geral de viver a experiência, em dadas circunstâncias, implica um dado ritmo (Azevedo, 1987), que pode ser aferido abstratamente por meio do conceito de crescimento vegetativo ($r^v = b - d$), mas que pode ser observado, também, em aspectos dos ciclos de vida pessoal ou familiar, tais como: as durações das distintas fases de vida e das transições de uma a outra fase; a velocidade de

realização da experiência de formação de proles e descendências entre casais de uma geração; o tamanho destas ou a velocidade de reinício deste circuito pelas gerações mais novas (Azevedo, 1987; Jelin e Feijóo, 1984).

Com esta formulação, preserva-se explícito o nexo de mútua determinação entre os dois elementos configuradores de um padrão proposto na Teoria das Populações Estáveis e representado no Diagrama 1, a saber: *estrutura* \Leftrightarrow *ritmo*. Contudo, deixando-se visível a natureza social e histórica (ou sociobiológica) do componente do crescimento demográfico dito *vegetativo* ou *natural*.

O próprio Diagrama 4, como um instrumento de formalização qualitativa que auxilia a síntese de proposições teóricas, poderia ser considerado um sucedâneo sociológico do gráfico da pirâmide etária, constituindo um referente útil para a pesquisa empírica sobre as diferenças e mudanças dos padrões correntes de sucessão das gerações e de procriação, como demonstrei em Souza (1996).

Se um dado padrão de procriação e/ou de sucessão das gerações é um movimento sincrônico estruturado, deve-se questionar de onde surgiriam as forças impulsionadoras de sua mudança (estrutural). Esta questão não está diretamente tratada na Teoria das Populações Estáveis, que enfatiza as condições de estabilidade dos padrões, e é equivocadamente abordada na Teoria da Transição Demográfica, como muitos já têm enfatizado.

Como o circuito de sucessão das gerações não é autônomo, e como sempre coexistiram, nas sociedades ocidentais mais estudadas, padrões diferenciados segundo classes, segmentos sociais e âmbitos socioespaciais específicos (áreas rurais e urbanas, regiões de um país etc.), representa-se, no Diagrama 5, o lugar teórico das oportunidades e possibilidades de mudanças nos padrões de sucessão das gerações, inclusive nos padrões de procriação, supondo-se não uma população fechada, mas sim um âmbito socioespacial aberto às migrações e aos processos de mobilidade social, de modo a se indicar as formas de interferência desses mecanismos

exógenos da reprodução demográfica sobre a sucessão das gerações.

Dada a multiplicidade de fatores que podem afetar, direta ou indiretamente, o circuito em foco, pode-se afirmar que a estabilidade sincrônica de um padrão de procriação e de sucessão das gerações pode ser rompida a partir de diferentes pontos localizados dentro ou fora do circuito, como se figura no Diagrama 5. E tal alteração pode resultar da conjugação de distintos fatores – demográficos, sociais, econômicos, culturais, ideológicos ou políticos – diretamente relacionados com o processo. Por isso mesmo, não só não existe uma única trajetória histórica possível para a mudança dos diferentes padrões de procriação e de sucessão das gerações coexistentes numa mesma sociedade, como é pouco provável que a mudança se oriente no sentido da generalização de um único padrão, em todas as classes e segmentos sociais e âmbitos socioespaciais, como propõe a Hipótese da Convergência, que integra o sistema de hipóteses da Teoria da Transição Demográfica.

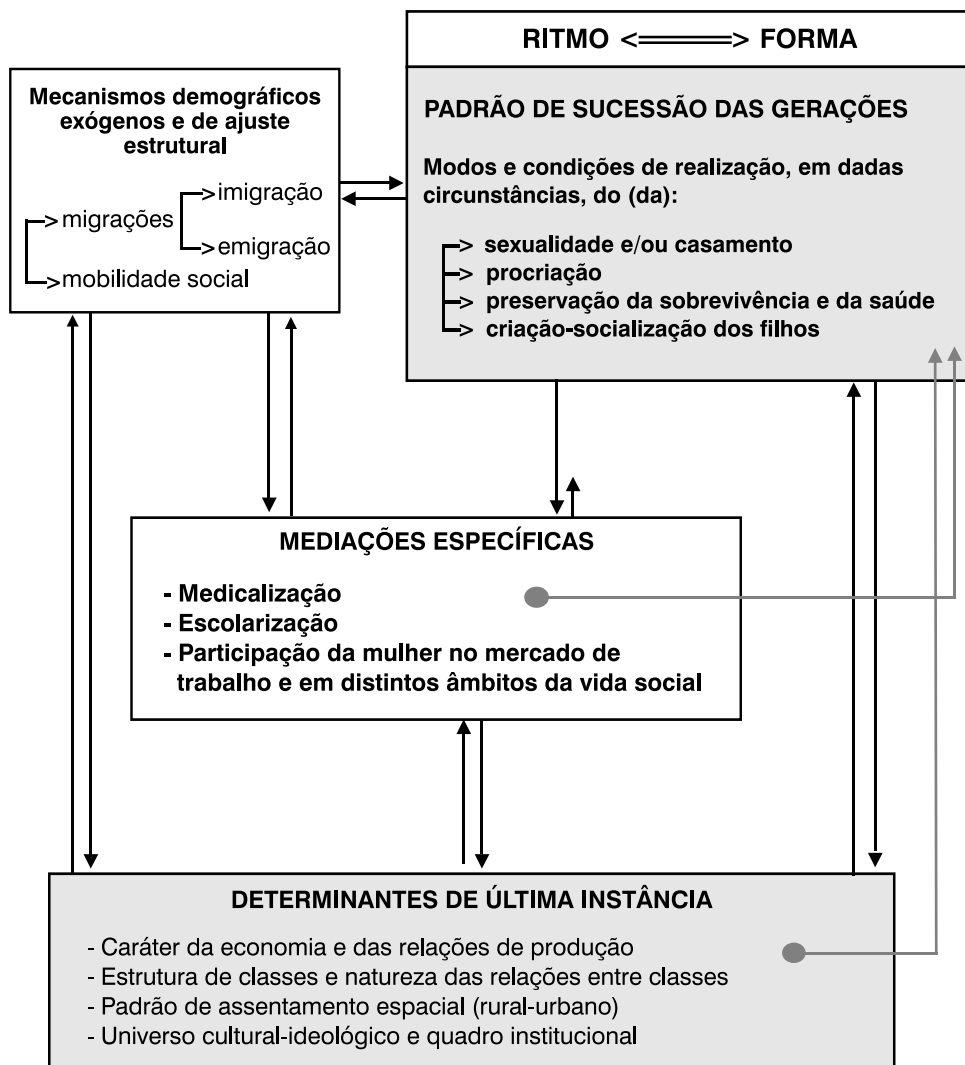
Parece mais verossímil ou plausível que existam várias alternativas possíveis de evolução diacrônica (Passeron, 1983; Tilly, 1985) em diferentes âmbitos sociais e conjunturas históricas e, portanto, que existam diversas possibilidades de redefinição dos perfis de diferenças dos padrões. Aliás, a variabilidade das experiências históricas de transição demográfica no mundo está, hoje, muito bem documentada empiricamente, como salientam Tilly (1978 e 1985), Patarra e Ferreira (1986), Chackiel e Martinez (1993) e outros.

É na análise empírica de uma experiência histórica particular desta natureza que se pode precisar como esta se realizou e qual foi a conjugação de forças que operou, em cada momento da trajetória da transformação estrutural, para levar ao resultado observado. Num plano teórico e modelar, como o aqui delineado, pode-se apenas apontar para a possível localização dos fatores propulsores das mudanças, o sentido geral e a natureza de algumas oportunidades de mudança, com fundamento nos casos históricos mais

DIAGRAMA 5

PADRÕES DE SUCESSÃO DAS GERAÇÕES
Níveis de análise e nexos de articulação

SUPOSTO: âmbito socioespacial aberto às migrações e aos processos de mobilidade social.



estudados, tendo em vista novos testes empíricos. Já que a pesquisa é a alma de qualquer ciência, os modelos de análise precisam ser elaborados como contribuições para disciplinar as descobertas, e não como

estritas cristalizações descritivas e explicativas de supostas tendências gerais ou de achados comparativos.

Vale argumentar um pouco mais sobre a proposição de que a mudança de dado

padrão de procriação e de sucessão das gerações pode ser iniciada no interior mesmo deste circuito, impulsionada por alterações nos modos de os sujeitos atuarem em face de alguma ou algumas das dimensões intrínsecas deste circuito. Tal hipótese não parece improvável, já que não existem elos sólidos ou irremovíveis – nem biológicos, nem culturais – entre os modos e condições de vivenciar cada um de seus mecanismos. Nenhuma naturalidade biológica ou cultural garante a automática realização combinada e seqüenciada, na vida social (pessoal e coletiva), de cursos de ações desta ordem, ou a realização histórica de um dado padrão de sucessão das gerações e de procriação. Não existe nenhuma “fecundidade natural”, nem tampouco uma fecundidade plenamente regulada, em termos racionais e conscientes. Ao contrário, essas dimensões da vida social envolvem incertezas, imprevistos, e existem amplas oportunidades de ocorrerem hiatos, conflitos ou contradições entre estes quatro mecanismos, como já advertiram Malinowsky (1973), Davis e Blake (1967), Flandrin (1988), Bongaarts (1983), Camargo (1980) e muitos outros.

Exatamente por isso, muitas instituições sociais, com alta legitimidade e poder, tentam permanentemente regular a realização combinada e encadeada destes mecanismos na vida social, objetivando certa sistematização, recorrência ou rotinização, no sentido weberiano (Passeron, 1983), nas experiências humanas desta ordem. Em sociedades capitalistas, essa regulação institucional se orienta, em grande medida, no sentido de se ajustar às experiências de constituição de proles e descendências das classes trabalhadoras ditas “a população”, ao que se vê como os objetivos maiores “da economia” ou dos grandes empresários. O controle social dessas condutas pode assumir formas que variam muito entre a persuasão e a coerção, mas sempre envolvem o exercício da autoridade, da força ou do poder simbólico por parte de representantes dos corpos profissionais dessas instituições (Boltanski, 1984; Bourdieu, 1989) e por governantes. Quanto mais os modelos prescritivos são

internalizados (introjetados) e aceitos pelas pessoas, mais espontaneamente elas os realizam (Da Mata, 1986; Azevedo, 1986). Essa regulação social ora se realiza no sentido da preservação de dado sistema de práticas e estratégias (*habitus*) que configuram a estruturação de um padrão, ora se volta para a reforma social neste sistema de práticas (*habitus*). A precedência que se dá aos controles de tipo expansivo ou de tipo restritivo sobre a procriação depende do teor pró-natalista ou antinatalista das ideologias dominantes.

Freqüentemente, os modelos prescritivos de condutas em face dessas dimensões propostos pelas instituições ou autoridades sociais com alto poder simbólico são apresentados como “naturais” ou os mais adequados à natureza humana; ou seja, são naturalizados simbolicamente pelas ideologias correntes. Também as formas de adesão social a eles são, muitas vezes, descritas como espontâneas; ou seja, voluntárias e conscientes, sem interferências normativas e institucionais.

Por se tratar de um circuito sociodemográfico extremamente complexo, pelo fato de não existirem modelos prescritivos unívocos, difundidos por todas as instituições sociais, e dado que os indivíduos são sujeitos, atores e autores das suas experiências, sempre há espaço para as rebeldias, as escapatórias e as negociações (Paige e Paige, 1981; Flandrin, 1988; Foucault, 1988) e, conseqüentemente, para a diferenciação, ajustes estruturais e/ou completa mudança de padrão. Vejamos dois exemplos.

Em sociedades como a brasileira e a européia, que foram, no passado, essencialmente populacionistas e pró-natalistas, em termos ideológicos e práticos, os hiatos ou as contradições no exercício da procriação intensa e da formação de descendências numerosas se exprimiam em dois planos. Num primeiro, relativo à alta freqüência de eventos não inteiramente controláveis e/ou imprevisíveis, tais como o celibato permanente não-voluntário, a esterilidade definitiva ou transitória por doença, as perdas fetais espontâneas, a morte de um filho ou de um cônjuge etc.

Num segundo, referido à alta frequência de condutas consideradas desviantes, nos termos da moral vigente, e mais ou menos reprimidas, tais como a homossexualidade, o incesto, as relações sexuais não-fecundas, o aborto provocado, a doação, venda ou abandono de filhos, o infanticídio etc. (Flandrin, 1987 e 1988; Mattoso, 1988; Souza, 1992).

Em sociedades industriais desenvolvidas, com ideologias dominantes antinatalistas de várias tonalidades, que há mais de um século desenvolveram grandes habilidades de controles restritivos sobre as doenças, as mortes precoces e a procriação, as incertezas desta ordem persistem, ainda que noções ideológicas repassadas por distintas instituições, sobretudo médicas, afirmem a alta racionalidade de um “planejamento familiar” restritivo da procriação, fundado no suposto de completa eficácia e suficiência de certas técnicas de anticoncepção. Bongaarts (1983) apresenta uma boa ilustração dessas incertezas para os Estados Unidos, demonstrando que em torno de 93% dos casais acabam experimentando “um evento não planejado” – e certamente não desejado – nas suas experiências de formação de proles, tais como a falha de anticoncepcionais, a esterilidade, a perda fetal, a espera prolongada de uma concepção, a combinação indesejada de sexos dos filhos, o divórcio e a morte de um dos cônjuges ou de um filho.

Vale considerar, entretanto, que as amplas possibilidades de mudanças de padrão inscritas nos próprios elementos do circuito em foco não são suficientes para desencadear e levar a cabo todo um processo de evolução diacrônica, como aponta Passeron (1983), no sentido da completa emergência e consolidação de um novo padrão, ou da substituição de velhos padrões por novos. Algumas externalidades deste circuito, que conformam as circunstâncias históricas concretas (materiais e simbólicas) de sua reprodução, com dados ritmos e formas – representadas no Diagrama 5 –, precisam também sofrer alterações ou ajustes para que isto ocorra. A incorporação generalizada dos novos modelos

prescritivos de conduta não resulta de mera difusão de concepções e valores e da sua influência na subjetividade dos casais (vontade, consciência, desejos e percepções). É preciso que as inovações surgidas ou os novos modelos prescritos ganhem sustentação societal, tanto no plano material, inclusive econômico, institucional e relacional, quanto no plano simbólico-subjetivo, inclusive ético, político-ideológico ou jurídico. De todo modo, mudanças em dimensões externas ao circuito configuradoras das circunstâncias gerais de vida, como vimos, podem constituir forças suficientes para alterar dimensões internas, dado que são múltiplas as possibilidades de mudanças no interior do circuito.

Em âmbitos sociais abertos às migrações e aos processos de mobilidade social, como uma cidade, uma classe social ou estrato social particular, são maiores as oportunidades de interferências de fatores externos, de mudanças substanciais na composição sociodemográfica de tais coletivos ou de substituição de práticas sociais, pelo fato de que os deslocamentos de sujeitos de um âmbito socioespacial aberto a outro frequentemente requerem redefinições nos seus modos de viver diferentes dimensões do cotidiano.

Esses processos demográficos extrínsecos ao circuito em foco, ao alterarem o tamanho e a composição de um dado coletivo, influem decisivamente sobre as formas e condições de casamento, de preservação da sobrevivência e da saúde, de procriação e de criação e socialização de filhos. Como tais processos desempenham um importante papel mediador nos ajustes estruturais (pequenas mudanças nos sistemas de práticas, sem sua substituição por outro) em algumas conjunturas históricas e/ou contextos sociais, eles podem aliviar pressões, contradições ou conflitos e/ou suprir hiatos no interior do circuito, contribuindo para preservar a estabilidade do regime (Tilly, 1978, p. 18). Em outras conjunturas e/ou contextos, esses mecanismos podem operar como forças exógenas impulsionadoras de mudanças estruturais radicais,

com substituição dos sistemas de práticas e estratégias de produção das descendências (*ibidem*). Este é o caso, por exemplo, das conjunturas nas quais se verifica uma urbanização acelerada, com intensos fluxos rural-urbanos, num contexto já com alta concentração demográfica em áreas urbanas, fato que costuma se associar à emergência de novas classes sociais ou à expansão numérica e social de segmentos sociais preexistentes (Przeworski, 1982). Esta é a possibilidade que tem sido mais considerada nas formulações sobre “a transição demográfica” no singular, como se na história da humanidade só tivesse ocorrido uma única mudança nos padrões correntes de sucessão das gerações.

Em face do que se disse acima, não parecem precipitadas as proposições que se seguem.

Em determinadas circunstâncias da vida social, um dado sistema de práticas e estratégias sociais teria alta probabilidade de ser exercido e de levar a certos resultados imediatos, relativos ao tamanho e composição das proles e descendências, ao ritmo de constituição das mesmas, às trajetórias de procriação, aos encargos familiares para as mulheres ou casais, à extensão dos ciclos de vida dos casais e dos filhos e ao seu estado de saúde ou higidez física e mental etc. Quando, ao nível das externalidades consideradas no Diagrama 5, as circunstâncias de vida se mantêm, tais resultados poderiam ser antevistos pelos sujeitos, ou mesmo por eles buscados e atingidos. Quando as circunstâncias mudam, os imprevistos teriam maior probabilidade de ocorrer, podendo implicar sistemáticas falhas de planejamento das famílias ou das descendências, trate-se de planejamento (ou estratégias) do tipo expansivo ou restritivo.

Em circunstâncias de grande instabilidade de condições materiais de vida, as flutuações e as desestruturações nos regimes de produção das descendências dos casais podem prevalecer, mesmo quando os códigos culturais e certos sistemas de práticas sociais apresentam larga vigência no tempo histórico. Muitas comunidades e regiões da Europa pré ou

proto-industrial, onde era forte o poder das igrejas Católica ou Protestantes no que tange aos controles das condutas sexual-reprodutivas e familiares, experimentaram significativas oscilações ou mudanças nesses padrões, como já demonstraram Wrigley (1969) e outros historiadores, seja por causa de crises políticas e econômicas, seja por ocorrência de epidemias com longa duração.

Em suma, em algumas conjunturas, uma certa estabilidade nessas externalidades consideradas no Diagrama 5 operaria no sentido da manutenção do padrão de sucessão das gerações. Em outras, alterações nessas dimensões operariam no sentido da mudança ou reforma social nos sistemas de práticas e estratégias sociais vividos pelos sujeitos, ou do *habitus* e do *ethos* (Bourdieu, 1974 e 1989) referidos ao circuito em foco.

As experiências de sucessão das gerações ou de produção das descendências dos casais vividas por gerações passadas não apenas constituem referências diretas de conduta (aceitas ou refutadas) para as novas gerações, como também conformam aspectos decisivos das circunstâncias sociais e culturais em face das quais (e nas quais) os sujeitos das novas gerações atuam e decidem (Przeworski, 1982; Bourdieu, 1974 e 1989; Azevedo, 1986), tais como:

- as oportunidades de casar mais cedo ou mais tarde, ou de não casar, dadas pelos mercados nupciais, muitas vezes restringidos por práticas de endogamia;
- as condições de higiene (pessoal, doméstica e do ambiente de trabalho), de saneamento, habitação, alimentação, e a oferta ou possibilidades de serviços especializados na atenção à saúde (em geral e reprodutiva);
- as possibilidades de os pais compartilharem com outros a criação dos filhos;
- a disponibilidade de serviços institucionais especializados na educação e socialização das novas gerações;

- o tamanho e a composição das proles efetivamente constituídas, que compõem o ambiente de sociabilidade primária para as novas gerações.

As condições e modos de medicalização da vida social, de escolarização das novas gerações e de inserção do homem, da mulher e dos filhos na produção, assim como a difusão de ideologias sobre tais aspectos e a prestação de serviços nesses campos pelas instituições, qualificados no Diagrama 5 como mediações específicas, afetam vários aspectos do circuito de sucessão das gerações, inclusive a procriação para constituição de proles. Tais mediações específicas atingem diferentes grupos ou segmentos sociais e funcionam, muitas vezes, como sistemas de prêmios e castigos, uma base material e relacional que estimula ou pressiona, ou não, os casais para a adoção dos novos modelos de procriação considerados ideais pelas forças dominantes.

O conhecimento acumulado sobre as experiências de transição demográfica em diferentes contextos históricos e culturais indica que, para haver uma completa substituição de velhos padrões de procriação e de sucessão das gerações por outros distintos, que adquiram certo grau de generalização, de rotinização ou estabilidade na vida social, são necessárias algumas precondições (societais) decisivas. A saber:

- 1^a) que as alterações inicialmente ocorridas em algum âmbito societal, sobretudo nas dimensões incluídas entre os determinantes de última instância figurados no Diagrama 5 – os grandes referentes para a estruturação das condições de sociabilidade –, gerem problemas graves para a efetiva realização de alguns mecanismos ou momentos da produção das descendências detalhados no Diagrama 4, ou impliquem resultados sistemáticos distintos do esperado ou do almejado pelos sujeitos;
- 2^a) que a realização histórica de dados sistemas de práticas e estratégias sociais referidos ao circuito de sucessão das

gerações passe a implicar problemas ou contradições graves em outras dimensões da vida pessoal e/ou coletiva, inclusive no circuito da produção e circulação de bens e serviços, devido à alteração das circunstâncias de vida, como se ilustra nos Diagramas 3 e 5;

- 3^a) que ocorram alterações em alguns elementos centrais dos códigos culturais ou ideologias dominantes referidos aos componentes da sucessão das gerações simbolizados no Diagrama 4, legitimando os modelos ideais de conduta alternativos, com suas novas prescrições e interdições;
- 4^a) que grande parte do aparato institucional da sociedade se reoriente para difundir esses novos modelos ideais, em termos ideológicos e práticos, mediante novos discursos e novos tipos de serviços especializados; isto é, se reoriente para a reforma social dos sistemas de práticas e estratégias (ou do *habitus* e do *ethos*) que estruturavam os padrões preexistentes.

Tais precondições vão muito além daquelas apontadas por Coale (1973) ou por Cleland e Wilson (1987) em relação à mudança na *fecundidade marital* (inadequadamente desmembrada da totalidade do processo de sucessão das gerações), mas levam em consideração, de modo crítico e de uma perspectiva totalizadora, o cerne das ponderações de ambos os autores. Quando se leva em conta estas precondições, pode-se concluir que é pouco provável que as determinações maiores de um processo complexo de mudanças nos padrões de procriação vividos, numa fase de capitalismo avançado e de caráter monopolista, sejam preponderante ou estritamente subjetivas e simbólicas, como propõem Cleland e Wilson (1987) e outros. De todo modo, teria de haver mudanças no teor das relações sociais objetivas, que não são de natureza meramente subjetiva ou simbólica, embora estejam sempre embebidas por elementos desta natureza, já que envolvem trocas intersubjetivas.

Referências bibliográficas

- ATHAYDE, J.L. **La ville de Salvador au XIX^{ème} siècle**. Tese de doutorado, Universidade de Paris X, Nanterre-Paris, 1975.
- AZEVEDO, T. **As regras do namoro à antiga**. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. **Ciclo da vida**. Ritos e ritmos. São Paulo: Ática, 1987.
- BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BILAC, E.D. **Família de trabalhadores: estratégias de sobrevivência**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- BLAKE, J. Ideal family size among white Americans: a quarter of a century's evidence. In: FORD, T.R. e DE JONG, G.F. **Social Demography**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966. p. 567-588.
- BOLTANSKI, L. **As classes sociais e o corpo**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- BONGAARTS, J. **Formación de la familia: eventos no planeados**. Bogotá: CCRP/Population Council, 1983 (Ensayos sobre población y desarrollo n.19).
- BORGES, G. Alfabetização de adultos como política educacional dos movimentos sociais. **Caderno CRH**, Salvador, n.18, 1993. p. 76-116.
- BOTH, E. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BOURDIEU, P., CHAMBOREDON, J.C. e PASSERON, J.C. **El ofício del sociólogo**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1975.
- CALDWELL, J. **Theory of fertility decline**. Londres: Academic, 1982.
- CAMARGO, C.P.F. de. Sociedade, Estado e população. In: SANTOS, J.L.F., LEVY, M.S. F. e SZHRECSANYI, T. **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. p. 302-310.
- CHACKIEL, J. e MARTINEZ, J. Transición demográfica en América Latina y el Caribe desde 1950. In: IV CONFERÊNCIA LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN - LA TRANSICIÓN DEMOGRÁFICA EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, México. **Actas...**, INEGI-IISUNAM, vol. 1, 1ª parte, 1993. p. 113-132.
- CLELAND, J. Equity, security and fertility: a reaction to Thomas. **Population Studies**, Londres, vol. 47, 1993. p. 345-352.
- CLELAND, J. e WILSON, C. Demand theories of fertility transition: an iconoclast view. **Population Studies**, Londres, vol. 41, n. 1, mar. 1987. p. 5-30.
- COALE, A.J. The demographic transition. In: INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE. **Anais...**, Liège, IUSSP, vol. 1, 1973. p. 53-72.
- DA MATTA, R. Prefácio. In: AZEVEDO, T. **As regras do namoro à antiga**. São Paulo: Ática, 1986. p. ix-xiii.
- DAVIS, K. e BLAKE, J. La estructura social y la fecundidad: un sistema analítico. In: **Factores sociológicos de la fecundidad**. México: Celade/El Colégio de México, 1967. p. 156-197.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FARIA, V.E. Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos. In: ANPOCS. **Ciências sociais hoje**. Rio de Janeiro: Anpocs, 1989. p. 62-105.
- FLANDRIN, J.L. A vida sexual dos casados na sociedade antiga. In: ARIÈS, P. e BÉJIN, A. (orgs.). **Sexualidades ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 135-152.
- _____. **O sexo e o Ocidente**. Evolução das atitudes e dos comportamentos. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FREIRE, G. **Casa-Grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- _____. **Sobrados e mucambos**. Rio de Janeiro: Record, 1990.

FRIAS, L.A. e CARVALHO, J.A.M. Fecundidade nas regiões brasileiras a partir de 1903: uma tentativa de reconstrução do passado através das gerações. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9, Caxambu, MG. **Anais...**, ABEP, vol. 2, 1994. p. 23-46.

GERMANI, G. **Sociología de la modernización**. Buenos Aires: Paidós, 1969.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**. Tomo I: Racionalidad de la acción y racionalización social. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 1989.

HAUSER, P.M. e DUNCAN, O.D. **The study of population: an inventory and appraisal**. Parte I: Demography as a science. Chicago: The University of Chicago, 1959.

HUTCHINSON, C.J.A. Notas preliminares ao estudo da família no Brasil. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2, Rio de Janeiro. **Anais...**, ABA, vol. 3, jul. 1959. p. 261-274.

JELIN, E. e FEIJÓO, C. Trabajo y familia en el ciclo de vida femenino: el caso de los sectores populares en Buenos Aires. **Estudios CEDES**, Buenos Aires, vol. 3, ns.8/9, 1984.

LOTKA, A. **Teoria analítica de las asociaciones biológicas**. Santiago do Chile: Celade/Nações Unidas, 1969.

MALINOWISKY, B. **Sexo e repressão na sociedade selvagem**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MALTHUS, T.R. **An essay on the principle of population (1798 and 1830)**. Great Britain: Penguin Books (Anthony Flew ed.), 1970.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro I, cap. 23, vol. 2, 1968.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Tradução de Eric Hobsbawm. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MATTOSO, K.Q. **Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Família e sociedade na Bahia no século XIX**. Brasília: Corrupio/CNPq, 1988.

MEILLASSOUX, C. **Mulheres, celeiros e capitais**. Porto: Afrontamento, 1977.

_____. La reproducción social. **Estudios Sociológicos**, El Colegio de México, vol. 1, n. 3, 1983. p. 443-457.

OLIVEIRA, F. A produção dos homens. Notas sobre a reprodução da população sob o capital. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n.16, 1976. p. 6-25.

OLIVEIRA, M.C.F.A. **Notas sobre união de sexos e família**. In: REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE REPRODUÇÃO DA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CLACSO, 3, São Paulo. São Paulo: CLACSO, 1974.

_____. **Família e reprodução**. São Paulo: FAU-USP, 1976.

_____. **Classe social, família e reprodução**. Reflexões teóricas e referências empíricas. São Paulo: PRODEUR-FAU-USP, 1979.

PAIGE, K.E. e PAIGE, J.M. **The politics of reproduction ritual**. Berkeley: University of California Press, 1981.

PASSERON, J.C. La teoría de la reproducción social como una teoría del cambio. Una evaluación crítica del concepto de "contradicción interna". **Estudios Sociológicos**, El Colegio de México, vol. 1, n. 3, 1983. p. 417-442.

PATARRA, N.L. e FERREIRA, C.E.C. Repensando a transição demográfica: formulações, críticas e perspectivas de análise. **Textos NEPO**, Unicamp, n.10, 1986.

PRZEWORSKI, A. Teoría sociológica y el estudio de la población: reflexiones sobre los trabajos de la Comisión de Población y Desarrollo de CLACSO. In: FIGUEROA, A. B. e ALBA, F. (orgs.). **Reflexiones teórico-metodológicas sobre investigaciones en población**. México: El Colegio de México/CLACSO, 1982.

SANTOW, G. *Coitus interruptus* and the control of natural fertility. **Population Studies**, Londres, vol. 49, 1995. p. 19-43.

SOUZA, G.A.A. de. Redução da fecundidade e do tamanho da prole. **Informe Conjuntural**, Salvador, vol. 7, ns. 9/12, set./dez. 1987. p. 118-138.

_____. Demografia formal e informal: notas sobre a metáfora da interdisciplinaridade

na Demografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6, Olinda, PE. **Anais...**, ABEP, vol. 4, 1988. p. 727-767.

SOUZA, G.A.A. de. Deixar vir os filhos. A produção de proles numerosas. **Caderno CRH**, Salvador, n. 13, jul./dez. 1990. p. 5-37.

_____. Procriação intensa na Bahia: uma "naturalidade" socialmente construída. **Caderno CRH**, Salvador, n. 17, jul./dez. 1992. p. 57-79.

_____. A sucessão das gerações e a reprodução social. **Caderno CRH**, Salvador, n. 20, jan./jun.1994a. p. 93-126.

_____. A análise da fecundidade: possibilidades de um avanço teórico-interpretativo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9, Caxambu, MG. **Anais...**, ABEP, vol. 2, out., 1994b. p. 89-116.

_____. **Sucessão das gerações na Bahia**. Reencontro de uma totalidade esquecida. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Área de Estudos de População) do IFCH/Unicamp, 1996.

STOLNITZ, G.J. La transición demográfica: de altos a bajos índices de natalidad y

mortalidad. In: FREEDMAN, R. **La revolución demográfica mundial**. México: UTHEA, 1966. p. 37-59.

TILLY, C. (org.). **Historical studies of changing fertility**. Princeton: Princeton University Press, 1978.

_____. **Fertility transition and the creation of the Modern World**. Paper apresentado na conferência Fertility Transition: Reflections from a Historical Perspective and Implication for Development, Michigan State University, April 1, 1985.

WRIGLEY, E.A. **História y población**. Introducción a la demografía histórica. Madri: Guadarrama, 1969.

_____. Fertility strategy for the individual and the group. In: TILLY, C. **Historical studies of changing fertility**. Princeton: Princeton University Press, 1978.

ZÉMELMAN, H. Problemas en la explicación del comportamiento reproductivo (sobre las mediaciones). In: FIGUEROA, B. e ALBA, F. **Reflexiones teórico-metodológicas sobre investigaciones en población**. México: El Colégio de México/CLACSO, 1982.

Abstract

Patterns of succession of generations. Historical persistence and change

The article presents an analytic scheme that seeks to delineate and characterize a central process of demographic dynamics – the succession of generations (or the production of men) – as a component of social reproduction, without losing sight of decisive propositions of formal demography, especially the theory of stable populations. The article is basically theoretical, and involves an attempt at qualitative formalization, which indicates a possible way to classify movements of persistence and change in patterns of succession of generations or in one of their intrinsic components.

Key words: Succession of generations; Demographic transition.

Recebido para publicação em 29/04/2003.